Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL | www.gual.ufsc.br ISSN 1983-4535

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

A CPA E SEUS DESAFIOS: UMA LEITURA FENOMENOGRÁFICA DAS DISTINTAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NO CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

CPA AND ITS CHALLENGES: A PHENOMENOGRAPHIC READING OF THE DIFFERENT CONCEPTIONS AND PRACTICES IN THE BRAZILIAN HIGHER EDUCATION SCENARIO

Thiago Henrique Almino Francisco, Doutor
https://orcid.org/0000-0001-7607-4303
proftf@gmail.com
Universidade do Extremo Sul Catarinense | Departamento de Administração
Criciúma | Santa Catarina | Brasil

Giancarlo Moser, Doutor
https://orcid.org/0000-0001-6050-9325
mosergiancarlo@gmail.com
Universidade do Sul de Santa Catarina | Programa de Pós-Graduação em Administração
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil

Melissa Watanabe, Doutora
https://orcid.org/0000-0003-2205-6235
melissawatanabe@unesc.net
Universidade do Extremo Sul Catarinense | Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
Criciúma | Santa Catarina | Brasil

Bruna Feiden, Especialista
https://orcid.org/0000-0003-1632-909X
bfeiden.efi@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina | Programa de Pós Graduação em Administração Universitária
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil

Recebido em 17/março/2023
Aprovado em 20/novembro/2023
Publicado em 28/dezembro/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

RESUMO

A avaliação do ensino superior tem sido um tema discutido em diversas esferas, com mais intensidade a partir de 2004 com o surgimento do SINAES. Nesse sentido, a Comissão Própria de Avaliação ganha certa notoriedade como instituto responsável por coordenar a prática avaliativa no contexto de uma IES. Sob a ótica destes aspectos, este artigo preleciona a contextualização das concepções de gestores institucionais a partir das atividades das CPAs de suas respectivas IES. A partir de uma abordagem fenomenogrática como estratégia de pesquisa, buscou-se analisar as concepções de gestores sobre as atividades da Comissão Própria de Avaliação, e em que nas conclusões foi possível identificar que há diferentes concepções, a depender do modelo institucional, relacionadas com as atividades desta Comissão. O escopo teórico tratou da fenomenografia e seus desafios na prática da pesquisa, sobre a avaliação institucional e seus desafios, contribuindo para a organização das etapas desenvolvidas até a coleta e o tratamento dos dados, que se utilizou, reitera-se, da fenomenografia. Os resultados permitiram considerar que a CPA é concebida de formas distintas pelos gestores de IES universitárias e não universitárias, e tais concepções indicam novas oportunidades de pesquisa para o aprofundamento de discussão.

Palavra-Chave: SINAES. Avaliação Institucional. Comissão Própria de Avaliação.

ABSTRACT

The evaluation of higher education has been a topic discussed in several spheres, with more intensity since 2004 with the emergence of SINAES. In this sense, the Evaluation Commission gains some notoriety as an institute responsible for coordinating the evaluation practice in the context of an HEI. From the perspective of these aspects, this article presents the contextualization of the conceptions of institutional managers from the activities of the CPAs of their respective HEIs. From a phenomenographic approach as a research strategy, we sought to understand how these actors conceive the CPA activity and how they get involved with such activities. The theoretical scope dealt with phenomenography and its challenges in research practice, about institutional evaluation and its challenges, contributing to the organization of the stages developed until the collection and treatment of data, which was used, it is reiterated, of phenomenography. The results allowed us to consider that the CPA is conceived in different ways by the managers of university and non-university HEIs, and such conceptions indicate new research opportunities for the deepening of the discussion.

Keyword: SINAES. Institutional Evaluation. Evaluation Commission.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

1 INTRODUÇÃO

O Relatório da UNESCO que orientou a discussão da Conferência Mundial de Educação Superior, promovida também por ela (Sabzalieva, Chacon e Liu, 2021), estabeleceu um conjunto de debates que pautaram perspectivas para a educação superior no ano de 2050. Entre outros aspectos, o documento traduz desafios pelos quais a educação superior deve passar nos próximos anos, e reflete sobre soluções que podem contribuir com um (re) posicionamento das instituições neste ecossistema em desenvolvimento. Entre os itens destacados no documento, a garantia da qualidade aparece como um dos elementos que podem contribuir para que as entidades que atuam neste sistema possam reconhecer suas formas de posicionamento e as oportunidades para o desenvolvimento do processo educativo, em ambientes complexos que são previstos para os próximos anos.

Diversos estudos têm discutido as tendências e as perspectivas para o ensino superior no futuro. Na mesma linha do relatório da UNESCO, o Horizon Report (Pelletier et al., 2022), também apresenta um conjunto de tendências para um novo posicionamento das instituições e do sistema de ensino superior, destacando as tendências ambientais como uma das que pode reconfigurar os modelos institucionais nesse cenário. Entre os destaques do documento, os mecanismos de garantia de qualidade aparecem também como elementos que podem contribuir para uma nova adaptação das instituições em um cenário de diversas complexidades, incluído nisso aquelas do campo político, econômico e social.

A garantia da qualidade no ensino superior tem sido discutida em diversos estudos, como forma de contribuir para a compreensão das perspectivas futuras para o ensino universitário. Barreyro (2017) e Torres (2018), sistematizam vários destes estudos para apresentar a avaliação da qualidade como uma tendência estratégica para o desenvolvimento do ambiente institucional, pedagógico e, até mesmo, administrativo deste sistema educacional. As autoras concluem seus estudos destacando que a avaliação da qualidade, a acreditação e o desenvolvimento de indicadores de avaliação, e o próprio processo, é um elemento que será norteador das contribuições deste modelo educacional para a sociedade. Nesse sentido, o estudo deste movimento tem sido um elemento relevante para compreender os desafios e as oportunidades para o futuro do ensino superior.

Considerando estes pressupostos, o presente artigo se enquadra nesta perspectiva e discute as contribuições e o papel da CPA, a partir de concepções de gestores de diferentes modelos institucionais. A partir da fenomenografia como abordagem metodológica, o objetivo

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

desta pesquisa foi analisar as concepções de gestores sobre as atividades da Comissão Própria de Avaliação, e em que nas conclusões foi possível identificar que há diferentes concepções, a depender do modelo institucional, relacionadas com as atividades desta Comissão. Para tanto, o artigo está organizado em cinco seções. Nesta introdutória, algumas considerações sobre o tema, enquanto na segunda estão as contribuições teóricas. Na terceira estão as abordagens metodológicas que precedem as análises, que se encontram na quarta seção. Por último, as conclusões com as recomendações da pesquisa para novos estudos.

2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

2.1 OS PARADIGMAS DA FENOMENOGRAFIA E SUAS PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Ao longo da trajetória da evolução do paradigma da ciência, diversos fundamentos emergiram com a evolução do conhecimento tecnológico e dos desdobramentos da ciência, contribuindo para o desenvolvimento de novas formas de produzir, avaliar e aplicar conhecimentos. Inserida no contexto das pesquisas qualitativas, a Fenomenografia foi um exercício estabelecido na década de 1970, na Suécia, cujo método propunha uma análise do fenômeno da aprendizagem, em contextos educacionais a partir da concepção daqueles envolvidos diretamente com o fenômeno educativo. De acordo com Marton (1981), a Fenomenografia é um processo que propõe a análise das conexões entre paradigmas que contribuem para que as pessoas tenham condições de interpretarem uma realidade concreta, já que estas estão inseridas em aspectos relevantes de uma determinada realidade, vivendo uma mesma experiência, que pode possuir significados distintos.

Também ancorada na pesquisa da Marton (2015), a Fenomenografia se distingue da fenomenologia na medida em que defende as formas pelas quais a experiência pode ser vivenciada, enquanto a preocupação da fenomenologia está no fenômeno em si. Importa destacar que as experiências se encontram “por dentro” do fenômeno, e indicam as formas pelas quais os sujeitos, que possuem diferentes concepções do mundo, vivem aquele determinado ambiente a partir das múltiplas convicções que possuem sobre uma determinada realidade. É importante ressaltar, portanto, que o objeto da Fenomenografia são as conexões que ocorrem dentro do fenômeno, e não a superficialidade deste, permitindo com que seja possível conceituar as formas pelas quais os indivíduos experimentam as conexões em determinados processos sociais (Larsson e Holmstrom, 2004).

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

Ainda na defesa do paradigma Fenomenográfico, o trabalho de Marton e Pang (2013) indica que a Fenomenografia se consolida na medida em que lida, objetivamente, com a realidade experimentada de forma *stricto sensu*, considerando aquilo que é culturalmente valido e legitimo para um determinado conjunto de pessoas que observam condições semelhantes em suas relações com um determinado fenômeno, acolhendo também o conjunto de conceitos, ações e relações que podem conceituar as maneiras pelas quais um determinado conjunto de pessoas pode definir as experiências compartilhadas. O "pensar e o agir" destes sujeitos, indicam, portanto, que a Fenomenografia pode estabelecer modelos em que relações se conectam para "desenhar" aquilo que é uma experiencia real, vivida, legitima e legitimada em um dado ecossistema.

Nas discussões sobre suas bases empíricas, Santos et. al. (2018) salientam que a Fenomenografia, inserida no contexto das abordagens qualitativas dentro de suas posturas epistemológicas, contribuem para que um fenômeno possa ser observado a partir de posturas, epistemológicas que, segundo os autores, podem não ser antagônicas. Isso permite com que o método se alinhe a uma postura interpretativista. Ancoradas nos estudos de Marton (1986), as autoras compartilham entendimento de que a Fenomenografia é uma forma de materializar as maneiras pelas quais as pessoas compreendem suas experiências inseridas em um determinado fenômeno.

Cherman e Rocha-Pinto (2015), caminha no sentido dos estudos propostos por Dunkin (2000) e Amaro (2012), na medida em que esclarecem a condição recente de aplicação da Fenomenografia para o estudo de elementos que não fazem parte apenas do ambiente educacional. A aplicação para outras áreas do conhecimento é recente, considerando a condição interdisciplinar que o conhecimento científico tem estabelecido, permitindo que as experiências múltiplas construídas em um dado fenômeno possa ser interpretadas nos mais variados contextos. E nesse sentido, Dunkin (2000) indica caminhos que podem contribuir com a aplicação do método.

Na perspectiva de consolidar a compreensão do método, Marton (1981) esclarece que a abordagem fenomenografica se ocupa da utilização das perspectivas de segunda ordem, que de acordo com o autor é a perspectiva que orienta a coleta de informações e a materialização do envolvimento objetivo do sujeito dentro de um determinado processo social, considerando suas múltiplas experiências dentro, e com o fenômeno. A perspectiva de segunda ordem, portanto, não se ocupa de (re) conhecer as perspectivas teóricas que são de conhecimento do

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

indivíduo, mas sim do conhecimento "real", "prático", daqueles envolvidos com uma realidade.

Como abordagem metodológica, portanto, articulada com o viés qualitativo e interpretativista, e seguindo a proposição de Marton e Pang (2013), a Fenomenografia coloca julgamentos e conceitos do mundo, que são concretos em um conjunto de sujeitos sociais, em suspenso proporcionando condições para que o olhar dos grupos sociais investigados possa ser devidamente orientado para a coleta das experiências práticas do indivíduo. Ao considerar a perspectiva metodológica, importa contextualizar a visão de Richardson (1999), para consolidar a questão ontológica e epistemológica da abordagem. A Fenomenografia, portanto, busca explorar, sob o viés qualitativo, as formas pelas quais estes experimentam, compreendem, vivenciam e aprendem uma determinada realidade a partir da contribuição de métodos qualitativos, tal como as entrevistas, ou outras formas multimetodológicas de coleta de dados secundários, privilegiando a condição autônoma e singular do sujeito.

Nesse sentido, portanto, segundo Cherman (2015), é possível incluir a Fenomenografia em um arcabouço de abordagens que possuem diferencias. No caso da Fenomenologia na sua perspectiva descritiva, identifica-se a busca pelo conhecimento valorado, na perspectiva da descrição do fenômeno em seu significado comum em que o foco se encontra no fenômeno. Já na perspectiva interpretativa, busca-se a interpretação do significado atribuído ao fenômeno pelo individuo, cujo foco está no próprio indivíduo (Sin, 2010). Enquanto isso, a abordagem da *Grounded Theory* tem o objetivo de conhecer e delimitar os processos que são valorados pelos indivíduos para interpretar experiências sociais. O foco está no processo.

A fenomenografia portanto:

> [...] está interessada em saber mais sobre a experiência do indivíduo na valoração dos seus conhecimentos, nos seus mais diversos modos; assim, a Fenomenografia estaria interessada em saber como os indivíduos experimentam a valoração do conhecimento. Como um fenômeno pode ser experimentado de formas qualitativamente diferentes; busca qualquer coisa (anything) que possa ser dita acerca de como os indivíduos percebem, conceituam (pensam) e agem em relação ao fenômeno. O foco encontra-se na experiência vivida do fenômeno pelo indivíduo, na percepção do fenômeno pelo indivíduo (Cherman, 2013, p. 103).

A partir destes direcionamentos, com o objetivo de consolidar a discussão sobre o fenômeno da avaliação institucional no ensino superior brasileiro, a seguir encontram-se alguns elementos que contribuem para fortalecer essa discussão.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

2.2 CONCEPÇÕES DA LITERATURA SOBRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PAPÉIS E CONTRIBUIÇÕES DA CPA

No contexto brasileiro, a avaliação institucional tem sido tema discutido de forma recorrente no âmbito da gestão universitária, considerando a polissemia que envolve o seu termo e as diversas, e até certo ponto difusas, possibilidades de sua aplicação. No contexto histórico, Zandavalli (2009) apresenta um panorama das reflexões propostas pelos diversos projetos desenvolvidos no país e indica as formas pelas quais os projetos anteriores ao SINAES não prosperaram. Em linhas gerais, o grande desafio se deu pela falta de compreensão dos paradigmas epistemológicos que envolviam a prática, bem como a pouca experiência conceitual e técnica que as IES possuíam em se tratando do que se denominou de avaliação.

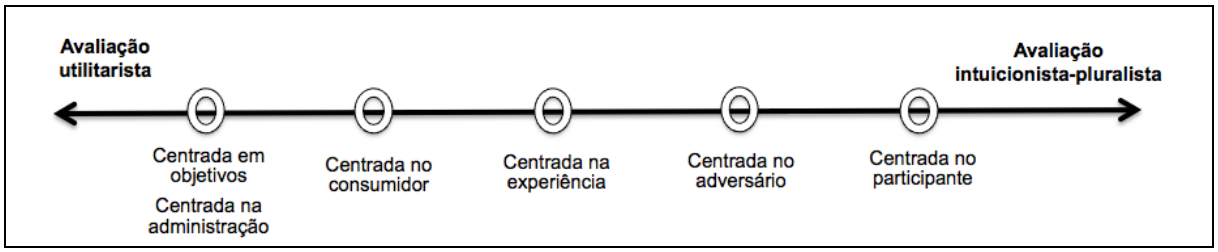
No contexto internacional, discussões sobre o tema são registradas dentro dos mais variados períodos, considerando suas distintas formas de aplicação e suas concepções paradigmáticas. Torres (2018) salienta que a avaliação institucional se torna um conceito elucidado e orientado à prática na medida em que suas diversas concepções possam ser conhecidas, defendidas e aplicadas, a partir de um projeto com objetivos claros, ações devidamente prescritas e, principalmente, métodos que possam preconizar a utilização de seus resultados. Ao analisar, portanto, o quadro comparativo destes modelos é possível perceber duas características importantes a respeito dos estudos sobre avaliação. A primeira delas está relacionada a estudos que discutem seu viés paradigmático, seus modelos e suas formas de aplicação, as quais são orientadas, sobretudo, por estudos internacionais sobre o tema e que são preconizados por Tyler (1942), Stufflebeam (1971), Stufflebean e Shinkfiel (1985), Stake (1975), Scriven (1960), House (1976) e Guba (1969). A partir dos autores, sistematizados em Whorten *et al.* (2004). Os resultados destes estudos, sistematizados em Torres (2018), salientam que a avaliação é uma prática que está alinhada em uma definição clara de sua concepção, orientada pela sensibilização e que possui diversas facetas que se relacionam com os objetivos de sua aplicação. Ela pode, inclusive, ser considerada uma função gerencial.

Neste quadro conceitual, para além das questões somativas e formativas, a avaliação, a a partir de uma discussão internacional, possui diversos paradigmas que se consolidaram em integração com os diversos momentos e movimentos econômicos pelos quais a sociedade passou. Torres (2018), com base em um aprofundamento epistemológico sobre o tema,

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

sistematiza a avaliação em pelo menos cinco abordagens, que podem ser esclarecidas a partir do movimento indicado na Ilustração 1, a seguir:

Ilustração 1 Abordagens da avaliação.



Fonte: Torres (2018, p.27).

A partir dos paradigmas discutidos pela literatura internacional, a avaliação pode ser compreendida como um movimento utilitarista, inclinado ao viés somativo, e intuicionista-pluralista, de orientação formativa, que procuram envolver o movimento da prática e do processo com o ambiente, com os recursos disponíveis e com os objetivos do processo. O quadro 01, a seguir, apresenta um resumo de cada abordagem, com seu alinhamento paradigmático proposto:

Quadro 1 Abordagens da avaliação na perspectiva da literatura internacional.

Abordagens da avaliação na perspectiva da literatura internacional			
Abordagem	**Finalidade**	**Conceito**	**Paradigma**
Avaliação centrada em objetivos	Conhecer o grau em que os objetivos são alcançados	Definir objetivos mensuráveis por meio de instrumentos que contribuem para encontrar discrepâncias e desempenhos	Mais utilitarista
Avaliação centrada na Administração	Promover informações uteis para a tomada de decisão	Contribuir com as decisões em todos os estágios da gestão do programa	Mais utilitarista
Avaliação centrada nos consumidores	Promover informações sobre produtos e ajudar nas decisões tomadas sobre compra ou escolha de serviços.	Utilização de listas de verificação de critérios para análise produtos, testá-los e contribuir com consumidores	Utilitarista
Avaliação centrada em especialistas	Oferecer julgamentos profissionais sobre qualidade	Basear juízos em conhecimentos, experiências individuais e padrões consensuais	Pluralista
Avaliação centrada em adversários	Oferecer um exame equilibrado de todos os lados de questões em debate	Utilizar audiências públicas, pontos de vistas divergentes, decisões, e outros elementos relacionados com o processo	Intuicionista
Avaliação centrada nos participantes	Promover compreensão sobre retratos de complexidades de atividade programática, respondendo a públicos específicos	Refletir sobre realidades múltiplas, com raciocínios e conclusões indutivas	Pluralista - intuicionista

Fonte: Adaptado de Torres (2018, p.28).

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

A partir do que se identifica no quadro 01, considerando a proposição de Scriven (1991), que estabelece o fato de que a avaliação é um movimento que tem o objetivo de analisar mérito e valor de determinado elemento, percebe-se que o quadro internacional, a partir das contribuições de Torres (2018) apresenta um movimento que vai do utilitarismo até uma visão mais "pluralista – intuicionista", que se alinha a um viés de características mais formativas.

O quadro nacional, de forma distinta do internacional, é pouco atrelado a discussão dos paradigmas e se envolve mais especificamente com a interseção entre a verificação da qualidade e a regulação, com uma discussão ainda superficial daquilo que de fato é, e como se concebe, a prática avaliativa. Em geral, para além da discussão formativa e somativa que pauta também as reflexões sobre a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, a literatura nacional tem se debruçado eminentemente sobre a avaliação como um conjunto de ferramentas, mais aderente a um viés regulatório, em função da implementação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), pela Lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004. A lei, por sinal, institui a avaliação como um instrumento de governança, tal como discutido por Francisco et. al. (2012), já que preconiza a orientação da oferta e a responsabilidade social, além de promover a identidade institucional como base para o desenvolvimento da prática avaliativa.

Contudo, poucos estudos se debruçam na compreensão do viés paradigmático da avaliação e sobre a forma pelas quais a avaliação é compreendida pelo ecossistema que a utiliza. Em geral, os trabalhos apontam para uma discussão pautada no movimento também proposto por Davok (2007), que discute a qualidade formal e política, pauta também discutida pro Francisco, Borba e Melo (2018). Para Davok (2007), a avaliação está segmentada em duas dimensões de qualidade, que consideram a área social, humana e as finalidades relacionadas com a educação superior e seu movimento de governança. A autora destaca que a dimensão política considera a educação superior como um fenômeno social e educativo, cuja perspectiva de governança deve ser relacionada aos movimentos culturais e políticos. Já a dimensão formal, considera a educação superior como um movimento acadêmico, de perspectiva pedagógica, estabelecendo métricas e mecanismos de gestão que possam promover indicadores relacionados a cada dimensão.

A partir de então, sobretudo por meio do quadro conceitual que é proposto por Polidori (2009), Polidori, Fonseca e Larrosa (2007), Schilickmann, Melo e Alspertad (2008),

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

Francisco *et al.* (2012), Ristoff (2000) e Dias *et al.* (2006), percebe-se que no cenário nacional a avaliação é um instrumento compreendido como movimento utilitarista, sobretudo, o que se deu em função da dinâmica regulatória que foi excessivamente valorizada a partir no período do surgimento, e da consolidação, do Conceito Preliminar de Curso e do Índice Geral de Cursos Avaliados, discutidos por Francisco (2017) como elementos que orientavam, e ainda orientam, a prática e o processo de governança dos mais variados modelos institucionais. A interface com a regulação é, portanto, o viés predominante nos estudos nacionais.

A partir deste quadro, portanto, é possível perceber que a avaliação institucional precisa ser compreendida em sua essência, para que seja possível concebê-la e executá-la, já que ela produz informações fidedignas, de um limiar de questionamento seguro e não falaciosa, contribuindo para a tomada de decisão estratégica no âmbito dos currículos, da infraestrutura e de todo o escopo de uma instituição de ensino superior.

Dentro desta concepção, sobretudo ancorada nos trabalhos no âmbito nacional, outra vertente percebida nos estudos está relacionada com os agentes que são responsáveis pelo desenvolvimento da avaliação. A literatura sobre a avaliação, no Brasil, também contribuiu para elucidar o papel da Comissão Própria de Avaliação como estrutura necessária para o desenvolvimento da prática da avaliação. Ao longo, sobretudo da trajetória do SINAES, a CPA se constituiu como a principal instância deliberativa, estratégica, e em alguns casos decisória, sobre a pauta da avaliação institucional, mesmo assim o desafio estabelecido foi o de alinhar a atividade da CPA a uma visão paradigmática do processo e da prática avaliativa.

Ao longo de todo este período, diversos trabalhos têm discutido a pauta da CPA. Um dos mais citados no contexto nacional é o estudo de Silva e Gomes (2011), que discute o papel da Comissão na perspectiva dos processos de avaliação. Em seus resultados, os autores destacam que a CPA se constitui como um instituto ativo no processo de governança institucional, contribuindo para o desenvolvimento estratégico e operacional das IES, cuja cultura de avaliação está devidamente implantada ou em processo de implementação.

Outros trabalhos também abordam a pauta da CPA, mas o que se percebe é a escassez de estudos que versam sobre a relação entre a prática da Comissão e os diversos paradigmas. Isso demonstra, de fato, o que se constata nos estudos que discutem as ações da Comissão já que praticamente a totalidade dos estudos atrela a atividade da CPA a questões essencialmente operacionais. O quadro 02, a seguir, demonstra o panorama de alguns dos estudos mais

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

citados que tratam da CPA e da avaliação institucional, os quais demonstram que estes se atrelam, essencialmente, a três vieses: O viés operacional, o viés processual-metodológico e o viés regulador.

Quadro 02 Panorama dos trabalhos que tratam da Comissão Própria de Avaliação

Panorama dos trabalhos que tratam da Comissão Própria de Avaliação		
Viés Predominante	**Estudos**	**Conceito categorizado**
Operacional	Silva e Gomes (2011); Pinto, Mello e Melo (2016); Francisco et. al. (2012); Ristoff (2011); Polidori, Marinho Araujo e Barreyro (2006)	A avaliação institucional é um mecanismo institucional, integrado ao calendário de ações institucionais e que promove informações para o desenvolvimento de procedimentos de qualificação do escopo institucional de formação, governança e análise de objetivos.
Processual-Metodológico	Cordazzo et al. (2019); Kreutz, Vieira e Costa (2019); Vieira, Costa e Kreutz (2019); Francisco, Borba e Ferreira (2018); Polidori, Fonseca e Larrosa (2007)	A avaliação institucional é um instrumento sistemático, que se desenvolve a partir de objetivos distintos, de paradigmas diversos e de instrumentos que são planejados para oferecer as informações necessárias ao movimento estratégico da IES.
Regulador	Medeiros Filho e Rodrigues (2019); Francisco (2022), Castro, Costa e Silveira (2018); Verhine (2016); Giolo (2016); Polidori (2009)	A avaliação institucional é um instrumento que considera as ações de regulação como instrumentos de governança em uma IES.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A partir do que é identificado nos artigos, percebe-se que a CPA, ao longo da jornada de suas funções desde o estabelecimento do SINAES como instrumento de governança da prática avaliativa, se posiciona como um órgão alinhado à dimensões operacionais do processo, cujas contribuições estão alinhadas com elementos metodológicos, processuais e instrumentais, essencialmente, promovendo ações que tem o objetivo de consolidar a cultura de avaliação que é um movimento que promove consistência ao processo de avaliação institucional.

Portanto, a partir do quadro teórico apresentado, percebe-se que a literatura sobre a avaliação institucional pode ser considerada escassa e, em uma perspectiva nacional, orientada sobretudo para elementos processuais, e pouco epistemológicos. Isso pode ser um indício daquilo que é percebido nos artigos que tratam da CPA, já que desde 2004 os estudos se alinham eminentemente aos vieses percebidos no quadro 02.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

Com o objetivo de ampliar a discussão sobre ambos os fenômenos, este artigo busca aprofundar a reflexão sobre a CPA e seus desafios, a partir da fenomenografia como abordagem metodológica e com o objetivo de analisar as concepções de gestores sobre as atividades da Comissão Própria de Avaliação**.**

3 ORDENAMENTOS METODOLÓGICOS

As contribuições de Bowden (2005) e Sandberg (2000), as quais apontam para a abordagem fenomenografica como uma oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa científica, destacam que a fenomenografia é uma proposta que contribui para a compreensão das concepções que os indivíduos possuem sobre um determinado fenômeno, o que tem relação com os entrelaçamentos existentes entre o sujeito e o contexto. Sob uma ótica interpretativista, a Fenomenografia promove condições que materializam o rigor científico e permitem esclarecer formas pelas quais indivíduos concebem um determinado processo social, para além da compreensão do fenômeno. Nesse sentido, este trabalho adota a Fenomenografia como especificidade metodológica do estudo, com o objetivo de esclarecer a concepções de gestores sobre as atividades da Comissão Própria de Avaliação.

Considera-se a Fenomenografia como abordagem deste estudo atrelada ao paradigma qualitativo de pesquisa, já que os objetivos do estudo estão articulados com a demonstração de uma visão que emerge do indivíduo, a partir das perspectivas destes, e que busca consolidar o desenho de processos e perspectivas que integram as concepções daqueles que são os objetos de estudo. Por isso, para esclarecer as formas pelas quais as perspectivas de segunda ordem se manifestam, este estudo se desenvolveu considerando as diretrizes estabelecidas no trabalho de Akerlind (2005), quando este destaca que é fundamental possuir um roteiro articulado com as informações que serão coletadas. Para tanto, considerou-se como mecanismo de coleta de dados a entrevista em profundidade, que ocorreu com nove profissionais que foram considerado “gestores” que se envolvem diretamente com as atividades da Comissão Própria de Avaliação. Estes foram segmentados por “Organização acadêmica” e por “categoria administrativa”, permitindo com que as categorias fossem organizadas pelos segmentos de atuação das IES que compõem o sistema brasileiro de ensino superior. As entrevistas ocorreram entre os meses de março e julho de 2022.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

O espaço de resultado, discutido por Marton (1994), foi constituído a partir da triangulação dos dados das entrevistas e da utilização da análise de conteúdo proposta por Ferreira (2000), que contribuiu para a organização das categorias ao longo do processo de análise de dados.

Os sujeitos da pesquisa estão elencados no quadro 03, a seguir:

Quadro 03 Sujeitos da pesquisa.

Sujeitos da pesquisa		
Entrevistado	**Categoria administrativa**	**Organização acadêmica**
Entrevistado 1	Instituição privada	Universidade
Entrevistado 2	Instituição privada	Universidade
Entrevistado 3	Instituição privada	Centro Universitário
Entrevistado 4	Instituição privada	Faculdade
Entrevistado 5	Instituição privada	Faculdade
Entrevistado 6	Instituição privada	Faculdade
Entrevistado 7	Instituição privada	Universidade
Entrevistado 8	Instituição publica	Universidade
Entrevistado 9	Instituição publica	Universidade

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A partir da caracterização dos entrevistados, as categorias que configuram o espaço de resultado e a perspectiva de segunda ordem são apresentados a seguir.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao considerar o escopo da fenomenografia como estratégia e abordagem metodológica, importa apresentar de forma breve as formas pelas quais os entrevistados se caracterizam e, de forma objetiva, as maneiras pelas quais as categorias emergiram a partir dos dados. Isso é importante para que a compreensão dos resultados possa ser consistente, o que também torna viável o entendimento da pesquisa em sua estrutura. Um ponto de destaque é que ao longo da descrição das categorias, os entrevistados serão denominados de "ENT", seguidos pelo número correspondente a organização estabelecida no quadro 3.

Os "ENT 1" e ENT 2" participam da gestão de duas Universidades privadas que se localizam na região sul do Brasil, ambas reconhecidas por uma atuação consistente no âmbito da pesquisa e da extensão universitária. Em comum, além dessa configuração institucional, ambos fazem parte de uma IES que possui IGC maior do que 3, o que indica elementos estruturantes dos Conceitos Preliminares de Cursos que são favoráveis a composição do IGC, o que pode demonstrar uma condição alinhada com a prática da avaliação. Ainda sob a égide dos modelos universitários, o "ENT 3" desenvolve atividades de gestão do processo de

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

avaliação em um Centro Universitário, cujo credenciamento ocorreu a mais de 10 anos, e atualmente também possui IGC maior do que três e se localiza na região sudeste do Brasil.

Os "ENT 4", "ENT 5" e "ENT 6" são gestores de instituições privadas, não universitárias, e que atualmente possuem IGC igual a três e estão localizadas em regiões distintas do Brasil. Uma delas no Sul, outra no centro-oeste e a outra no Nordeste, e todos compõem o quadro de gestores a mais de 10 anos, sendo que dois deles fazem parte da CPA das IES. Isso trouxe um *insight* importante para o estudo, contribuindo para que as categorias pudessem se organizar em torno dos modelos "universitários" e "não universitários", sendo que no contexto dos modelos universitários a segmentação entre o público e o privado podem demonstrar relações e distinções relevantes no contexto da prática da avaliação em cada uma das configurações institucionais.

Já os "ENT 7", "ENT 8" e "ENT 9" atuam em universidades públicas, as quais também possuem IGC maior do que três e se localizam nas regiões sudeste, norte e centro-oeste. São instituições tradicionais em seus respectivos ecossistemas e demonstram, a partir do registro em seus endereços eletrônicos, possuírem práticas de avaliação institucional devidamente consolidadas e registradas em documentos institucionais. Ainda na caracterização dos entrevistados, estes foram convidados a partir de um informe em um grupo de mensagens com mais de 150 profissionais atuantes no ensino universitário, e voluntariamente cada um deles se colocou a disposição para contribuir e participarem das entrevistas. A partir disso, e com os dados das entrevistas devidamente transcritos, foi possível aplicar a análise de conteúdo.

A pré-análise aconteceu a partir da transcrição de cada uma das entrevistas, o que proporcionou a condição da elaboração de memorandos tal como fazem previsão Strauss e Corbin (1997), o que contribuiu para o registro de impressões iniciais sobre o movimento dos dados. Embora houvesse a intenção de propor um movimento análogo a *Grounded Theory;* em um exercício de coleta e tratamento de dados de forma conjunta; optou-se por realizar a pré-análise de todas as entrevistas para que fosse possível registrar todos os memorandos criados e utilizá-los como instrumentos de apoio no momento da exploração do material. A exploração do material, que foi a segunda etapa, permitiu que as primeiras categorias pudessem se apresentar, de forma organizadas e que pudessem contribuir para a compreensão e para o movimento dos dados. Neste momento, a intenção foi a de estabelecer as categorias sob a orientação da abordagem fenomenográfica, instituindo-as de modo a caracterizar o

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

ambiente de segunda ordem, ou a percepção dos sujeitos sobre os processos que ocorrem no âmbito de um fenômeno.

Por fim, o tratamento dos dados contribuiu para que o processo pudesse ser descrito, organizado em categorias que pudessem materializar uma proposta de modelo teórico-conceitual apresentado na última seção da pesquisa, com o objetivo de materializar as concepções de gestores sobre as atividades da Comissão Própria de Avaliação. Isso se deu por meio de um roteiro semi-estruturado, com perguntas introdutórias, intermediárias, de acompanhamento e finais, seguindo a proposição de Farias (2016).

4.1 AS CONCEPÇÕES UNIVERSITÁRIAS SOBRE A ATIVIDADE DA CPA

Em torno dos dados que emergiram da pesquisa, e considerando também o processo de codificação empregado, uma das categorias que emergiram esteve relacionada a configuração institucional das IES que participaram, com representantes, das entrevistas. Na fala dos entrevistados, por diversas vezes foi possível perceber que a avaliação possuía um caráter específico para as IES que estão neste patamar, considerando as contribuições que elas proporcionam para a identidade institucional já assumida como instituições universitárias. Algumas contribuições contribuem para que essa categoria se confirme:

> Fundamental para a consolidação da prática universitária e da identidade institucional. Não há como manter uma identidade dessa natureza sem que se considere resultados da avaliação, principalmente pelo fato de que eles são importantes para a gestão dos projetos institucionais (ENT7). Participei de diversos modelos institucionais, mas só na Universidade consegui compreender com clareza as funções e as metodologias da avaliação. É muito mais do que aplicar questionários, é colocar em prática o que se identifica nos relatórios para fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão (ENT3)

Por tal fato, os dados parecem indicar uma das categorias centrais relacionadas com as concepções universitária, englobando aqui as Universidades e o Centro Universitário, o que está análogo as condições estabelecidas no Decreto 9.235, de 17 de dezembro de 2017. Aproxima-se do viés operacional, indicando que a avaliação é essencial para a consolidação da identidade institucional e das práticas universitárias (Silva e Gomes, 2011; Pinto, Mello e Melo, 2016; Francisco *et al.*, 2012; Ristoff, 2011; Polidori, Marinho Araujo e Barreyro, 2006).

O quadro 04, a seguir, apresenta as semelhantes entre essas duas instituições:

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

Quadro 04 Semelhanças entre as IES Universitárias, a partir dos ordenamentos regulatórios.

Semelhanças entre as IES Universitárias	
Regime de Trabalho Docente	Universidade: Um terço.
	Centros Universitários: Um quinto.
Titulação do Corpo Docente	Universidade: Um terço.
	Centros Universitários: Um terço.
Avaliações de Curso de Graduação	Universidade: 60% dos cursos reconhecidos com avaliação satisfatória.
	Centros Universitários: oito cursos reconhecidos com avaliação satisfatória.
Avaliações Institucionais	Universidade: Conceito Institucional 4.
	Centros Universitários: Conceito Institucional 4.
Pesquisa e Extensão	Universidade: Necessidade de Ações Institucionalizadas.
	Centros Universitários: Necessidade de Ações Institucionalizadas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Ponto relevante a destacar é outro elemento que compõem as subcategorias organizadas em torno das "concepções universitárias sobre a atividade da CPA", e está relacionada com a complexidade dos modelos universitários, que foi destacada por um dos entrevistados, em função destes modelos "requererem maior atenção com relação a gestão do seu PDI e, portanto, uma CPA mais especializada na gestão desta complexidade, que envolve pesquisa e extensão" (ENT4).

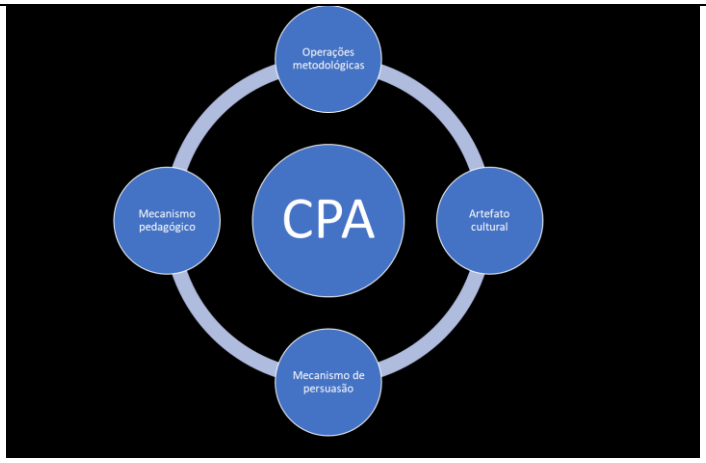
Os resultados da pesquisa destacam a necessidade de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) especializada, alinhando-se com as visões operacionais (Silva e Gomes, 2011; Pinto, Mello e Melo, 2016; Francisco *et al.*, 2012; Ristoff, 2011; Polidori, Marinho Araujo e Barreyro, 2006) e processuais-metodológicas (Cordazzo *et al.*, 2019; Kreutz, Vieira e Costa, 2019; Vieira, Costa e Kreutz, 2019; Francisco, Borba e Ferreira, 2018; Polidori, Fonseca e Larrosa, 2007 do quadro 02. A complexidade dos modelos universitários, como apontada por ENT4, exige uma CPA adaptada para gerenciar eficazmente os aspectos específicos de cada instituição, incluindo a gestão do Plano de Desenvolvimento Institucional e as atividades de pesquisa e extensão. Este alinhamento evidencia a importância de uma abordagem de avaliação integrada e metodologicamente robusta, refletindo as necessidades contemporâneas das universidades.

A partir disso, portanto, a Ilustração 02, a seguir, representa a concepção universitária sobre a atividade da CPA sob a ótica da percepção dos gestores de IES que possuem tal configuração. A partir dos dados, portanto, a atividade da CPA é uma atividade metodológica, que pode fomentar condições estratégicas e orientar a trajetória institucional em torno de sua identidade. Ela é mais que um processo operacional-metodológico, ela é um artefato cultural

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

que envolve a comunidade em torno de seus desafios, de sua identidade e de seus objetivos. Ela é transversal.

Ilustração 2 Concepções universitárias sobre a atividade da CPA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir dos dados que emergiram das entrevistas, foi possível, por meio do exercício de análise de conteúdo, estabelecer a concepção deste contexto universitário em que a CPA se manifesta como um grupo que deve possuir legitimidade técnica para sustentar práticas metodológicas diversificadas e, portanto, para isso o grupo deverá possuir conhecimentos específicos em pesquisa, metodologia e análise. Alguns dados conseguem demonstrar esse movimento, a partir da visão processual-metodológica, em relação ao exposto pelos entrevistados conforme é possível perceber a seguir:

> [...] pois só vai existir legitimidade política, social e técnica a partir do domínio metodológico reconhecido. É um grupo que precisa dominar metodologia, pois só assim será possível, de fato, oferecer dados que sejam fidedignos, reais, analisados sob diversos prismas metodológicos que possam oferecer uma leitura correta da realidade. (ENT 1). Um grupo cirurgicamente constituído em termos de metodologia. O estatístico, qualitativo, são diversos paradigmas que devem se unir em torno de um projeto que tem sua metodologia validada pela IES. Isso permite com que o grupo tenha capacidade de dialogar com todas as frentes institucionais (ENT8).

Outro ponto que está entrelaçado com as percepções dos entrevistados e compõem as concepções a respeito da CPA, por parte do viés universitário, é o fato de que a Comissão parece representar um artefato cultural para as IES Universitárias que participaram da pesquisa. Os entrevistados parecem compreender que a Comissão Própria de Avaliação é um

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

elemento que faz parte da identidade institucional e representa a preocupação deste modelo institucional com a avaliação, o que, na visão de todos, é antecedente ao próprio SINAES, como salienta o ENT3 ao citar que a avaliação existe na IES "muito antes de nos tornarmos IES universitária". Os excertos a seguir contribuem para validar essa percepção:

> Muito antes do atual modelo. Aqui a avaliação ocorre até mesmo antes do PAIUB e o grupo que faz a avaliação, por mais que mude ao longo do tempo, é um grupo que representa muito o que a IES acredita e, portanto, representa sua identidade, sua preocupação com a avaliação e o uso dos seus resultados (ENT1).
> Somos universidades a mais de 20 anos, e a avaliação, a equipe que faz o processo, sempre foi um instituto estratégico para nós. Não tem como propor o futuro sem conhecer o que estamos fazendo, e se estamos fazendo bem ou não. Hoje é CPA, mas pra gente sempre existiu (ENT9).

As percepções dos avaliados ENT1 e ENT9 destacam a profunda integração da avaliação no cerne das IES, ressoando com as visões operacionais (Silva e Gomes, 2011; Pinto, Mello e Melo, 2016; Francisco *et al.*, 2012; Ristoff, 2011; Polidori, Marinho Araujo e Barreyro, 2006) e reguladoras (Medeiros Filho e Rodrigues, 2019; Francisco, 2022, Castro, Costa e Silveira, 2018; Verhine, 2016; Giolo, 2016; Polidori, 2009) identificadas no quadro teórico sobre a CPA. ENT1 enfatiza que a avaliação reflete a identidade e a associação da instituição, transferindo uma fusão entre a prática avaliativa e a representação institucional, em linha com a visão operacional que vê a avaliação como uma parte integrante da operação e estratégia da instituição. Por outro lado, ENT9 destaca a prosperidade e a importância estratégica da avaliação, mesmo antes da formalização da CPA , apontando uma tradição de avaliação interna que se alinha com o viés regulador, que compreende a avaliação como um meio de conformidade e aprimoramento contínuo. Juntos, esses depoimentos sublinham a avaliação como um elemento fundamental e historicamente enraizado nas IES, essencial tanto para a identidade quanto para a estratégia institucional.

Ainda no sentido de validar as concepções dos gestores de IES universitárias sobre a CPA, os dados demonstram que a CPA se constitui como um mecanismo de persuasão, na medida em que contribui para discussão sobre os tensionamentos que podem ocorrer em uma estrutura de gestão democrática, já que os resultados da avaliação parecem ser imprescindíveis para a tomada de decisão nestes ambientes. Além disso, para os gestores entrevistados a avaliação também parece representar um movimento pedagógico, pois sua prática, seus resultados e sua concepção tem a condição de fomentar o aprendizado, a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de inovações que permeiam todo o escopo institucional.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

A partir do exercício de organização das categorias, foi possível perceber os diversos momentos em que a ênfase dos entrevistados apontou para estes dois elementos, o que permitiu incluir estes fenômenos no escopo daquilo que compõe a percepção dos gestores universitários sobre o papel da CPA. Os destaques a seguir podem contribuir para essa compreensão, sustentando o que propõe o ENT6 quanto este cita que a avaliação é um mecanismo que "reforça a prática e os argumentos da IES":

> Não tem como. Sempre que há uma discussão que envolve algum interesse político-institucional, os melhores argumentos são aqueles ancorados nos resultados da avaliação. Eles são fundamentais para as melhores decisões e a história da nossa IES nos mostra que assim sempre foi. A avaliação, além disso, nos ensinou muito. Descobrimos, e estamos descobrindo desde 2017, que não há subjetividade no processo, mas sim o envolvimento. Quanto maior o envolvimento, o domínio e o aprendizado, maior é a objetividade da compreensão. Entendemos isso com mais intensidade ao longo dos últimos 5 anos. (ENT3)
> O melhor exercício de aprendizado que pode existir, pois as nossas melhores inovações (pedagógicas, nos currículos e em produtos) surgiram das discussões que se utilizaram dos resultados. Mas não adianta fingir que usa, pois os resultados só são eficientes quando temos um processo que é compartilhado e que ensina. Contra fatos não há argumentos e os resultados da avaliação, aqui, encerram qualquer discussão (ENT8).

Ainda no sentido de consolidar as concepções universitárias sobre o papel da CPA, os dados resultantes das entrevistas contribuem para consolidar um ponto relevante do entendimento e da vivência dos entrevistados com o processo desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação. Para os entrevistados, a CPA, no contexto universitário, é um mecanismo que se entrelaça também com os interesses da gestão institucional e da sociedade, contribuindo para que a IES tenha condições de prestar contas e representar o que elas acreditam e defendem como qualidade. O ENT3 e 8 destacam que a CPA interage com os gestores e com a "gestão institucional e com os interessados da sociedade, e representa a qualidade que acreditamos e facilita a prestação de contas" (ENT3). Em consonância a isso, percebe-se que:

> Só ocorre como ocorre pelo envolvimento. Entendemos aqui como quatro pilares que sustentam a CPA. A integração com os gestores, com a sociedade, materializando no projeto o que entendemos como qualidade e indicando os melhores momentos e instrumentos que nos ajudam a prestar contas aos nossos interessados (ENT1)
> Não tem como a avaliação ocorrer se não houver a integração em uma política, entre os gestores institucionais e a sociedade. Isso, para usar um

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

> termo muito famoso atualmente, promove o *fit* entre qualidade, prestação de contas e os melhores instrumentos para ambos os movimentos. (ENT 8)

Portanto, a partir dos dados provenientes da pesquisa, as concepções dos gestores universitários confirmam aquilo que está representado na Ilustração 1. A partir dos dados, portanto, a CPA representa uma estrutura central das IES universitárias que se movimenta a partir de um conjunto de operações metodológicas, reconhecida como um artefato cultural e mecanismo de persuasão que gera aprendizado e, portanto, pode ser reconhecida como um elemento pedagógico (Worthen; Sanders e Fitzpatrick, 2019). Ademais, ela integra interesses dos gestores e da sociedade, materializando em um projeto aquilo que as IES defendem como qualidade e os melhores elementos para a relação com seus interessados, na perspectiva de prestação de contas.

4.1 AS CONCEPÇÕES NÃO UNIVERSITÁRIAS SOBRE A ATIVIDADE DA CPA

Os dados provenientes da pesquisa, também permitiram construir um alinhamento entre elementos que permitiram constituir um retrato das concepções dos gestores de IES não universitárias sobre as atividades da CPA. A partir do processo de organização dos dados, provenientes e a partir do exercício do processo de organização das categorias, foi possível perceber que para os gestores que participaram da pesquisa a CPA, e suas atividades, possuem atividades um pouco distintas, mais alinhadas com a regulação, das IES com status de instituição universitária. Isso parece ficar esclarecido na medida em que os entrevistados apresentam os seguintes aspectos:

> Os dados da CPA nos ajudam a entender o que o MEC precisa e quer. Eles são importantes para monitorar, controlar e acompanhar o que o MEC tem pedido, para que possamos estar sempre alinhados com os indicadores que o MEC exige de nós. (ENT4)
> Eles fazem o que o MEC faz com a gente, mas de uma forma menos reguladora. Aqui eles são responsáveis por nos avisarem, para que possamos entender para onde devemos caminhar quando surgem portarias, normas, etc. (ENT6)

A partir do que se percebe, parece, portanto que os dados das entrevistas caminham para aquilo que o ENT6 denominou de função de controladoria, na medida em que este entende a CPA como sendo um instituto que é responsável por manter a segurança institucional, administrativa e, em certa medida, a segurança jurídica no âmbito de IES de

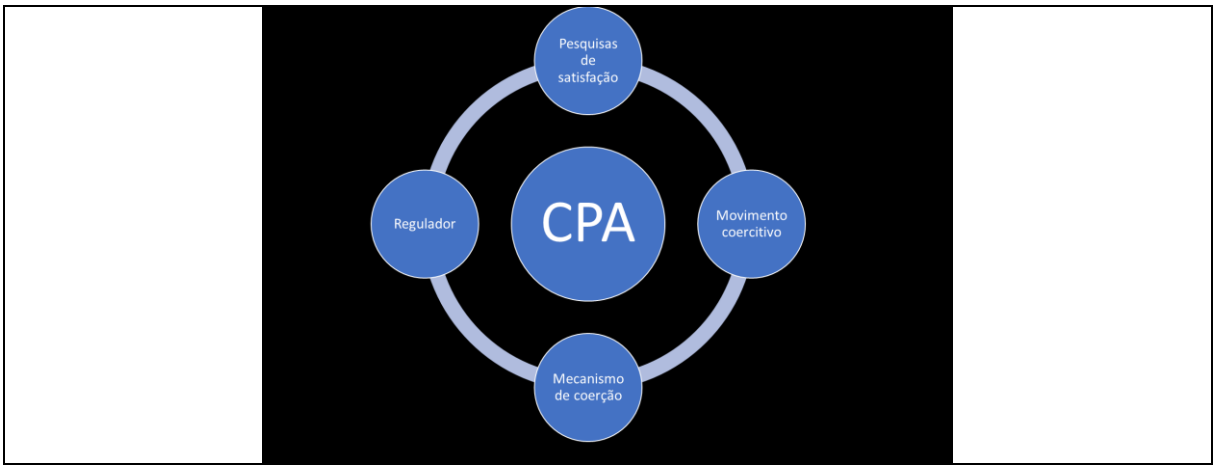
DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

naturezas não universitária (Medeiros Filho e Rodrigues, 2019; Francisco, 2022; Castro, Costa e Silveira, 2018; Verhine, 2016; Giolo, 2016; Polidori, 2009).

Por meio dos dados, portanto, as concepções dos gestores das IES não universitárias, a partir dos entrevistados, indicam que a percepção desses gestores parece diferir da concepção dos gestores das IES universitárias, quando estes se inclinam e perceber a avaliação como um mecanismo mais aderente a identidade institucional. No âmbito das IES não universitárias, a concepção está relacionada a uma visão mais inclinada a um mecanismo regulador, de controle e alinhado a estratégias operacionais que se voltam para o acompanhamento de uma "qualidade" que ainda parece ser difícil de definir.

A Ilustração 3, a seguir, apresenta o registro daquilo que indica ser as concepções dos gestores de IES não universitárias possuem a respeito do papel da CPA:

Ilustração 3 Concepções universitárias sobre a atividade da CPA.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao perceber os dados provenientes das entrevistas, é possível perceber que os gestores tem uma percepção estritamente operacional a respeito da atividade da CPA, na medida em que percebem a comissão como um grupo institucional atrelado a gestão das informações a respeito da satisfação da comunidade academia, assim como um dos princípios apresentados por Torres (2018). Os excertos a seguir ajudam a compreender e legitimar este aspecto:

> É pelos resultados da CPA que conseguimos ver e perceber a satisfação dos estudantes e professores. Muitos dizem que não é, mas é sim uma pesquisa de satisfação e para a gente isso é informação gerencial. (ENT6)
> Ajuda a entender a satisfação de todos, principalmente dos alunos, pois os instrumentos aqui são orientados para isso, já que é um aspecto elementar da atividade da Comissão (ENT4)

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

Pelo exposto, identifica-se, portanto, que um dos pontos da concepção dos gestores de IES privadas está relacionado a percepção das atividades da CPA com algo eminentemente voltado a operações que tratam da satisfação de estudantes e docentes, o que faz com que seja possível "aprimorar ações que possam melhorar a satisfação de todos" (Silva e Gomes, 2011; Pinto, Mello e Melo, 2016; Francisco *et al.,* 2012; Ristoff, 2011; Polidori, Marinho Araujo e Barreyro, 2006). Além dos aspectos relacionados às operações, outro ponto que constitui a concepção dos gestores de IES privadas está na percepção de que a CPA atua como um instituto coercitivo, já que se envolve diretamente com as operações que regulam a atividade da IES e, inclusive, as atividades dos próprios professores. Os entrevistados demonstram perceber a CPA de forma coercitiva, inclinada a regulação:

> Os resultados são importantes para que possamos monitorar os professores. Se o aluno não está satisfeito em sala, precisamos organizar melhor as nossas ações. Ele é nosso cliente e precisa estar. Por isso, as avaliações da CPA servem para monitorar isso. O cliente tem a razão (ENT4).

As considerações do ENT4 chamam a atenção para um alinhamento com uma visão mais inclinada a um viés mercantilista do processo educativo que, embora não seja o objeto de discussão deste artigo, levante uma reflexão importante: Será que as CPAs, neste conjunto de IES, possui uma atividade que possa ser considerada estratégica para o cumprimento dos princípios do SINAES? O ENT5 apresenta uma contribuição um pouco diferente, mas também atrelada a uma visão coercitiva da CPA como instrumento de regulação:

> A CPA nos ajuda a controlar a atividade dos professores. Eu digo controlar, mas na verdade é uma forma de acompanhar o que eles fazem pois isso nos ajuda também a fazer com que eles entendam o que o MEC quer que façamos. Então, aqui, podemos evangelizar eles também. (ENT5)

Dentro da construção da concepção dos gestores em IES privadas, percebe-se que o aspecto coercitivo é presente em um dos elementos que compõem a visão dos gestores de IES privadas, o que indica que, pelo exposto, a CPA é uma entidade que representa o MEC dentro da estrutura da IES.

Ainda nesse sentido, outro ponto muito presente nas concepções dos gestores de IES privadas é a regulação. Para os entrevistados, no contexto das IES não universitárias, a CPA parece ter uma função bastante alinhada com a regulação (Medeiros Filho e Rodrigues, 2019; Francisco, 2022; Castro, Costa e Silveira, 2018; Verhine, 2016; Giolo, 2016; Polidori, 2009), considerando seu envolvimento com os elementos normativos. Outro ponto que fundamenta a

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

concepção destes gestores, é o fato de que, a partir dos dados, a CPA é o "organismo institucional que está atento as mudanças do ambiente, e isso é importante para orientar as decisões institucionais" (ENT4). Isso ajuda a confirmar o que os demais entrevistados destacam:

> Pra mim, é a regulatória. A CPA é o grupo que nos orienta na regulação, e ajuda a entender as normativas. Tem sido muito difícil acompanhar tudo, e a CPA, para nós, tem feito esse papel com maestria. A gente não concorda muito, mas tem que atender porque senão a avaliação não é boa. A CPA ajuda a gente nesse sentido. (ENT6)

Da mesma forma, em alinhamento com o que faz previsão o SINAES, os gestores das IES não universitárias também parecem entender um elemento que está consolidado no contexto da literatura. Para eles, a CPA também é um instituto que busca concentrar esforços nas questões que envolvem a qualidade. Na visão dos entrevistados, parece ficar claro que um dos elementos que são primordiais é o envolvimento com a qualidade, explicito na contribuição de um dos entrevistados.

> A qualidade! Claro! Se não fosse a CPA nós não saberíamos como organizar as ações institucionais para garantir a qualidade das ações. Formar professores, atender os alunos, arrumar a casa, e tudo mais que indica o esforço que fazemos para oferecer ao estudante a melhor educação e a melhor estrutura (ENT 6)

Por fim, os entrevistados ainda destacam que, no contexto das IES não universitárias, a CPA tem sua atividade lastreada pelo MEC, pela sociedade, e por dois elementos que parecem tornar a concepção destes gestores ainda mais distinta. A partir da contribuição dos entrevistados, a CPA também é orientada pelo movimento das entidades de classe e dos empregadores, o que faz com que a Comissão mantenha uma articulação com o segmento externo dentro de seu escopo de atividades:

> Uma comissão essencial que precisa dar segurança para a Instituição, pois ela entende e acompanha o MEC, ajuda a interagir com a sociedade, entende o que precisamos fazer pra ampliar a relação com as comunidades externas e com os empregadores. Eles nos ajudam muito a conhecer esse ambiente externo importante para o emprego dos nossos alunos (ENT4).

Ao resgatar, portanto, a Ilustração 3, percebe-se que a CPA é concebida pelos gestores de IES não universitárias como sendo um recurso institucional que desenvolve atividades que contribuem para conhecer a satisfação dos envolvidos com o ecossistema institucional. Além

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

disso, se articula com a regulação propriamente dita e, mesmo que de forma coercitiva, ampara as IES naquilo que se refere a qualidade, orientada pelos dispositivos regulatórios; o que os entrevistados sinalizam como sendo o MEC; para fomentar a qualidade em um ambiente de relação com os órgãos reguladores e com entidades do ambiente externo.

A análise dos resultados da pesquisa, à luz do referencial teórico sobre a Comissão Própria de Avaliação, revela uma congruência notável entre as experiências e percepções dos entrevistados e as visões operacionais, processuais-metodológicas e reguladoras delineadas no quadro 02. As narrativas emergentes destacam a CPA não apenas como um mecanismo operacional intrinsecamente ligado à gestão e à identidade institucional, mas também como uma entidade cuja eficácia é profundamente enraizada na diversidade e no rigor de suas abordagens metodológicas. Paralelamente, a percepção da avaliação como um elemento histórico e estratégico nas IES reforça a sua relevância no âmbito regulador, evidenciando uma prática de avaliação que transcende meras formalidades, organizada como um pilar para o desenvolvimento e aprimoramento institucional. Este entrelaçamento entre os dados empíricos e as categorizações teóricas reflete uma compreensão ampliada da CPA, destacando a sua influência multifacetada na dinâmica educacional superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional tem sido tema de discussões em diversos espaços, sobretudo a partir do surgimento do SINAES enquanto sistema de avaliação do ensino superior brasileiro. Diversos artigos, e trabalhos de pesquisa de diversas naturezas, tem sido produzido com o objetivo de aprofundar a reflexão sobre o papel da CPA, os projetos e as práticas que se relacionam com o processo de avaliação do ensino superior. Contudo, os trabalhos parecem se voltar para a compreensão reduzida da CPA apenas enquanto organismo operacional e responsável pelo movimento metodológico do processo, o que indica a possibilidade de ampliar discussões sobre o papel estratégico da Comissão.

Nesse sentido, este artigo defendeu o objetivo de analisar as concepções de gestores universitários sobre as atividades da Comissão Própria de Avaliação, em que nove entrevistas foram realizadas com profissionais provenientes de modelos institucionais universitários e não universitários. A partir da abordagem fenomenografica, foi possível, por meio dos dados provenientes das entrevistas e a partir da triangulação com elementos provenientes da revisão da literatura, foi possível perceber que os gestores provenientes de IES universitárias

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

compreendem a CPA como sendo parte da sua identidade e um mecanismo estratégico para a construção da identidade da instituição. No contexto dos gestores das IES não-universitárias, os gestores entrevistados concebem a CPA como um organismo alinhado com a regulação, operacional e vinculado aos aspectos mais coercitivos do processo avaliativo.

Do ponto de vista das contribuições, este trabalho caminha no sentido de ampliar as produções relacionadas ao papel da CPA e seus desdobramentos no contexto do ensino superior, permitindo que se ocupe um espaço importante nas discussões a respeito do papel estratégico da Comissão. Dessa forma, considerando as perspectivas teóricas, este trabalho acessa um ambiente de discussão que permite ampliar a literatura disponível sobre a CPA, mais especificamente em seu movimento estratégico. Já no que se refere a perspectiva prática, o trabalho apresente elementos que podem ser cotejados com os mais variados modelos institucionais para que seja possível discutir as concepções, o processo desenvolvido e os resultados do trabalho da Comissão Própria de Avaliação. Ademais, portanto, assim como todos os trabalhos de pesquisa, este artigo também apresenta suas limitações. Entre elas, considerando a abordagem metodológica escolhida, está o fato de que os resultados se relacionam com contextos específicos e subordinados ao ambiente dos entrevistados, impedindo que as conclusões sejam generalizadas para todo o contexto. Mesmo assim, o artigo é capaz de promover reflexões que possam ser relevantes para a compreensão do papel e da prática da CPA nos mais diversos modelos institucionais no ambiente do ensino superior brasileiro.

Pelos resultados encontrados, as considerações finais indicam que a CPA é um organismo que cumpre um papel estratégico nas IES, mesmo que com diferentes abordagens em função dos mais variados contextos e modelos que fazem parte do ecossistema de ensino superior no Brasil. É uma comissão, segundo parecem apresentar os resultados, que promovem reflexões, operações, controles e emitem pareceres, orientam decisões e fomentam reflexões que vão desde a mais operacional até as profundamente estratégicas. Dessa forma, aos trabalhos futuros, entre outros, recomenda-se um estudo multicaso para comparar as operações desenvolvidas pelas Comissões nos variados modelos institucionais que se encontram no ambiente brasileiro.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

REFERÊNCIAS

AKERLIND, G. *Phenomenographic methods: A case illustration. In:* ***Doing developmental phenomenography***. RMIT Press, p. 103-127, 2005.

AMARO, R. de A. **Concepções de empreender e o desenvolvimento da competência empreendedora: um estudo à luz da fenomenografia.** Tese (Doutorado). Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2012.

BOWDEN, J. et al. *Reflections on the phenomenographic team research process.* ***Doing developmental phenomenography***, v. 11, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9235-15- dezembro-2017-785940-publicacaooriginal-154513-pe.html.

BRASIL. **Lei nº 10.861/04 de 14 de abril.** Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U. 2004.

CASTRO, R. N. A. de et al. Integração de processos avaliativos em uma instituição de ensino superior brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, p. 58-74, 2018.

CHERMAN, Andrea. **Valoração do conhecimento nas organizações: Percepções dos indivíduos e impactos nas práticas organizacionais.** Tese 234 fls. Programa de Pós-Graduação em Administração. PUC-RJ. Rio de Janeiro. 2013.

CHERMAN, A.; ROCHA-PINTO, S. R. Fenomenografia e a valoração do conhecimento nas organizações: diálogo entre método e fenômeno. **XXXIX EnANPAD**, Belo Horizonte, 2015.

CORDAZZO, E. G. et al. Estudo bibliométrico da produção científica sobre o sistema nacional de avaliação da educação superior. ***Brazilian Journal of Development***, v. 5, n. 2, p. 1510-1532, 2019.

DAVOK, D. F. *Quality in education.* **Avaliação: revista da avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 12, n. 3, p. 505-513, 2007.

DIAS, C. L.; HORIGUELA, M. de L. M.; MARCHELLI, P. S. Políticas para avaliação da qualidade do ensino superior no Brasil: um balanço crítico. **Educação & Pesquisa,** São Paulo, v. 32, n. 3, p. 435-464, set./dez. 2006.

DUNKIN, R. *Using Phenomenography to study or-ganizational change. In:* BOWDEN, J. WALSH, E. ***Qualitative research methods: Phenomenography***. Australia: RMI *Publishing*, 2000.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

FARIAS, L. C. **Educação para sustentabilidade em Administração: Uma Análise das Concepções de Estudantes da UFPB.** Dissertação 89fls. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016.

FERREIRA, B. W. Análise de conteúdo. **Aletheia**, p. 13-20, 2000.

FRANCISCO, T. H. A. *et al*. A contribuição da avaliação in loco como fator de consolidação dos principios estruturantes do Sinaes **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior,** v. 17, n. 3, p. 851-876, nov. 2012.

FRANCISCO, T. H. A.; VEFAGO, Y. B.; MELO, P. A. de. Qualidade formal e política na educação superior: um ensaio a partir do SINAES. **Competência: Revista da Educação Superior – SENAC/RS.** V.11; N.2. 2018.

FRANCISCO, T. H. A.; VEFAGO, Y. B.; FERREIRA, E. D. Uma reflexão sobre o conceito preliminar de curso (CPC) nos cursos de administração: resultados de uma responsabilidade do núcleo docente estruturante (NDE). **Revista Panorâmica online**, v. 24, 2018.

GUBA, E. G. *The failure of educational evaluation.* ***Educational Technology***, v. 9, p. 29-38, 1969.

HOUSE, E. R. *Justice in evaluation. In:* GLASS, G. V. (Ed.). ***Evaluation studies review annual.*** Beverly Hills, CA: Sage, v.1, 1976.

KREUTZ, R. R.; VIERA, K. M.; COSTA, F. N. V. Avaliação institucional: análise da participação e percepção dos discentes de uma IES. **Meta: Avaliação, Rio de Janeiro**, v. 11, n. 32, p. 321-345, 2019.

LARSSON, J.; HOLMSTROM, I. *Phenomenographic or phenomenological analysis: does it matter? Examples from a study on anaesthesiologists' work.* ***International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being***, n. 2, 2007, p. 55-64.

MARTON, F.; PANG, F. M. *Meanings are acquired from experiencing differences against a background of sameness, rather than from experiencing same-ness against a background of difference: putting a conjecture to the test by embedding it in a pedagog-ical tool.* ***Frontline Learning Research***, v. 1, 2013, p. 24-41.

MARTON, F. ***Necessary conditions of learning***. New York: *Routledge*, 2015.

MARTON, F. *Phenomenography—describing conceptions of the world around us.* ***Instructional science***, v. 10, n. 2, p. 177-200, 1981.

MARTON, F. *The idea of phenomenography. In:* ***Conference Proceedings, Phenomenography: philosophy and practice QUT,*** Brisbane. 1994. p. 7-9.

MARTON, F. *Phenomenography: a research approach to investigating different understandings of reality. In:* SHERMAN, R.; WEBB, R. ***Qualitative research in Education:*** *focus and methods.* London: *Falmer Press*, 1986.

MEDEIROS-FILHO, A. E. C. *et al.* Fatores associados ao desempenho discente no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE): uma revisão integrativa. **Revista Expressão Católica**, v. 8, n. 1, p. 88-96, 2019.

PELLETIER, K. *et al*. **2022 *EDUCAUSE Horizon Report Teaching and Learning Edition***. EDUC22, 2022.

POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, p. 439-452, 2009.

POLIDORI, M. M.; FONSECA, D. G. da; LARROSA, S. F. T. Avaliação institucional participativa. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 12, p. 333-348, 2007.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, p. 425-436, 2006.

RICHARDSON, J. *The concepts and methods of phe-nomenographic research.* ***Review of Educational Research***, v. 69, n. 1, 1999, p. 53-82.

RISTOFF, D. Avaliação institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. (Org.). **Avaliação Institucional:** teoria e experiências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RISTOFF, D. **Construindo outra educação:** tendências e desafios da educação brasileira. Florianópolis: Insular, 2011.

SABZALIEVA, E.; CHACON, E.; LIU, B. L. ***Thinking higher and beyond****: perspectives on the futures of higher education to* 2050. 2021.

SANDBERG, J. *Understanding human competence at work: an interpretative approach.* ***Academy of management journal***, v. 43, n. 1, p. 9-25, 2000.

SANTOS, L. S. *et al.* O método fenomenográfico na pesquisa científica em Administração no Brasil: Análise e Discussão sobre o seu Uso. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 50, 2018.

SCRIVEN, M. ***Evaluation thesaurus***. 4. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

SCRIVEN, M. *Scientific method: Statistics. In:* CALVIN, A. (Ed.). ***Psychology****: Allyn & Bacon*, 1960.

SCHLICKMANN, R.; MELO, P. A. de; ALSPERTAD, G. D. Enfoque da teoria institucional nos modelos de avaliação institucional brasileiros. **Avaliação,** Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 153-168, mar. 2008.

DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e93450

SILVA, A. L. da; GOMES, A. M. Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, p. 573-601, 2011.

SIN, S. *Considerations of quality of phenom-enographic research.* ***International Journal of Qualitative Methods***, v. 9, n. 4, 2010, p. 305-320.

STAKE, R. E. **Program evaluation, particularly responsive evaluation**. Kalamazoo: Western Michigan University Evaluation Center, 1975.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet M. **Grounded theory in practice**. Sage, 1997.

STUFFLEBEAM, D. L. *The relevance of the CIPP evaluation model for educational accountability.* ***Journal of Research and Development in Education***, n. 5, p. 19-25, 1971.

STUFFLEBEAM, D. L.; SHINKFIELD, A. J. ***Systematic evaluation***. Boston: *kluwer-Nijhoff*, 1985.

TORRES, A. A. G. **Uma avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): medir o quê para quem, eis a questão**! 227 f. Tese (doutorado em Administração) – Universidade do Grande Rio. Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, Rio de Janeiro, 2018.

TYLER, R. W. *General statement on evaluation.* ***Journal of Educational Research***, n. 35, p. 492-501, 1942.

VIEIRA, K. M.; KREUTZ, R. R.; COSTA, F. N. V. Conhecer, acreditar e participar? A avaliação institucional na percepção dos discentes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 615-636, 2019.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

ZANDAVALLI, C. B. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, p. 385-438, 2009.